



BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA
DIVERSIDADE
CULTURAL

V86, N.06.2019 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2019 ISSN 2526-7442

EDIÇÃO ESPECIAL

Com textos de:

Leandro de Paula | Carla Nogueira | José Rogério Lopes | Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos | Gisele Brito, Pablo Paternostro e Sílvia Lopes Raimundo | Luzia Amelia Silva Marques

BOLETIM
OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL

EDIÇÃO ESPECIAL

Acompanhe o Boletim ODC em
www.observatoriodadiversidade.org.br
www.facebook.com/ObsDC

REALIZAÇÃO



Grupo de Pesquisa
Observatório da
Diversidade Cultural

parceiros



SUMÁRIO

- 05** SOBRE O BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 06** EDITORIAL
- 11** A MULTIPLICIDADE DO SAGRADO NA REGULAÇÃO DO RELIGIOSO: UMA EXPERIÊNCIA EM SALVADOR/BA
Leandro de Paula
- 18** RESISTÊNCIAS CULTURAL E RELIGIOSA: O LEGADO NEGROAFRICANO SALVAGUARDADO PELA MATRIARCA
“NENGUA GUANGUACESSE” NO TERREIRO BATE FOLHA
Carla Nogueira
- 22** COMUNIDADES, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO LAPCAB
José Rogério Lopes
- 31** INSURGÊNCIA, DIVERSIDADE E NARRATIVAS INVISÍVEIS NO ACERVO DA LAJE: MUSEU-CASA-ESCOLA NA PERIFÉ-
RIA DE SALVADOR
Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos
- 38** MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS: COMPARTILHANDO A CAMINHADA
Gisele Brito, Pablo Paternostro e Sílvia Lopes Raimundo
- 44** BANHO DE SANGUE: O CORPO DA MULHER NEGRA
Luzia Amelia Silva Marques
- 52** SOBRE O SIMPÓSIO
- 65** SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
- 67** SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural é uma publicação bimensal, em que pesquisadores envolvidos com a temática da Diversidade Cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

Expediente

Coordenação geral: José Márcio Barros

Conselho Editorial:

Giselle Dupin (Minc)

Giselle Lucena (UFAC)

Humberto Cunha (UNIFOR)

Luis A. Albornoz (Universidad Carlos III de Madrid)

Núbia Braga (UEMG)

Paulo Miguez (UFBA)

Coordenação editorial: José Márcio Barros e Plínio Rattes

Comissão de pareceristas: Ana Paula do Val, Flávia Landgraf, Giuliana Kauark, José Márcio Barros, José Oliveira Júnior, Juan Brizuela, Kátia Costa e Luana Vilutis.

Revisão: Amanda Barros, Mariana Angelis e Plínio Rattes.

Diagramação: Júlia Bahia Valadares.

Contato

boletim.odc@gmail.com

www.observatoriodadiversidade.org.br

EDIÇÃO ENECULT 2019

Em agosto de 2019 aconteceu em Salvador a 15ª edição do Encontro em Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dentro da programação do encontro, o Observatório coordenou o Simpósio Diversidade Cultural e Desenvolvimento: Direitos, Liberdades e Participação Social, cujo objetivo foi debater a atual realidade de ameaças aos direitos humanos e aos direitos culturais e a supressão de conquistas no campo da participação social e exercício da cidadania.

Nesta iniciativa voltada à reflexão crítica e propositiva sobre o atual cenário político-econômico-social-cultural brasileiro, tivemos a oportunidade de reunir um conjunto plural de ativistas, pesquisadores/as, educadores/as, estudantes e pessoas do campo cultural, os quais compartilharam experiências concretas de resistência ao racismo ambiental, cultural, religioso, racial e epistemológico por meio da inovação no desenvolvimento de ativismos em bases territoriais, articulados em redes e com participação social.

O projeto de extensão Sagrados em Ação: Pluralismo Religioso e Direitos Humanos (UFBA); o legado do terreiro Bate Folha (Salvador/BA); as pesquisas em cultura e desenvolvimento do LaPCAB - Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil com comunidades tradicionais; a preservação e difusão da memória e identidades locais promovida pelo projeto Acervo da Laje no subúrbio ferroviário (periferia) de Salvador; a mobiliza-

ção de “agentes culturais periféricos” para elaboração de políticas públicas na Cidade de São Paulo por meio do Movimento Cultural das Periferias e a performance *Banho de Sangue* de Luzia Amélia Silva Marques. Estas são algumas das reflexões e experiências transcendentais compartilhadas no Simpósio que integram este Boletim e promovem combate às diversas formas de racismo e desigualdade no Brasil, além de revelar uma valiosa cartografia sobre formas de resistir e existir a partir da necropolítica instalada no mundo.

Em *A multiplicidade do sagrado na regulação do religioso: uma experiência em Salvador/Ba* Leandro de Paula trata justamente das complexas relações entre religião e política em uma perspectiva histórica e crítica. O autor traz uma reflexão sobre a laicidade do Estado como uma naturalização violenta das desigualdades internas às dinâmicas sociais e aprofunda uma visão crítica à presença pública do elemento religioso. A partir de um exercício de afirmação positiva da diversidade religiosa, o autor encerra o texto com uma apresentação da ação de extensão realizada pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com as Organizações da Sociedade Civil CESE e Koinonia chamada “Sagrados em Ação: Pluralismo Religioso e Direitos Humanos”.

O texto de Carla Nogueira *Resistências cultural e religiosa: o legado negro-africano salvaguardado pela matriarca “Nengua Guanguacesse” no Terreiro Bate Folha* compartilha o legado de Dona Olga e as epistemologias tecidas a partir da experiência das comunidades tradicionais do candomblé. O texto revela a cosmovisão e as formas de resistência que entrelaçam a dimensão humana e sagrada reforçando laços de pertencimento, identidade e corresponsabilidade comunitária mantidas pela efetiva participação de mulheres negras na inscrição do legado negroafricano no Brasil.

Em “Comunidades, cultura e desenvolvimento: reflexões sobre a experiên-

cia do Lapcab”, José Rogério Lopes apresenta uma experiência de pesquisa com 33 coletividades em 17 estados do Brasil, considerando as influências de concepções de desenvolvimento sobre as comunidades tradicionais. Para tanto, foi necessário situar e compreender como estas comunidades se relacionam com o contexto socioambiental em que estão inseridas, e como se apropriam e manejam as matérias-primas nas suas práticas extrativistas e fazeres de ofícios tradicionais, além dos produtos que resultam dessas interações. Assim, buscou-se captar percepções que envolvem suas identidades em relação a natureza. Por fim, como essas comunidades operam os desejos de mudanças sociais, que envolvem a participação na esfera pública e como estas políticas públicas têm interferido nas identidades e tradições culturais locais.

No texto *Insurgência, diversidade e narrativas invisíveis no Acervo da Laje: Museu-Casa-Escola na periferia de Salvador*, os autores Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos apresentam as motivações e estratégias do Projeto Acervo da Laje na sua busca por pesquisar, difundir e expor as narrativas artísticas e culturais no subúrbio ferroviário de Salvador, no bairro São João do Cabrito, uma das periferias invisibilizadas ao longo da história da cidade. Contando com um museu e acervo da presença material destas narrativas, o projeto vem gerando novos imaginários a partir da arte produzida na periferia para a periferia e construindo uma rede de consumo e produção cultural local até então não compartilhada nestes territórios.

Movimento Cultural das Periferias: compartilhando a caminhada, de Gisele Brito, Pablo Paternostro e Sílvia Lopes Raimundo é uma genealogia sobre o percurso do Fórum de Cultura da Zona Leste e Movimento Cultural das Periferias, este último organizado a partir de vários agentes culturais e artistas das periferias da Cidade de São Paulo. Movimentos culturais que nasceram para reivindicar políticas para os territórios periféricos onde reside a maior parte da população do município. Ocupar a arena das políticas culturais disputando espaços de participação na agenda pública da cidade tem sido um divisor de águas para o campo cultural, que historicamente sempre fora loteado pelas classes artísticas hegemônicas. Desta maneira,

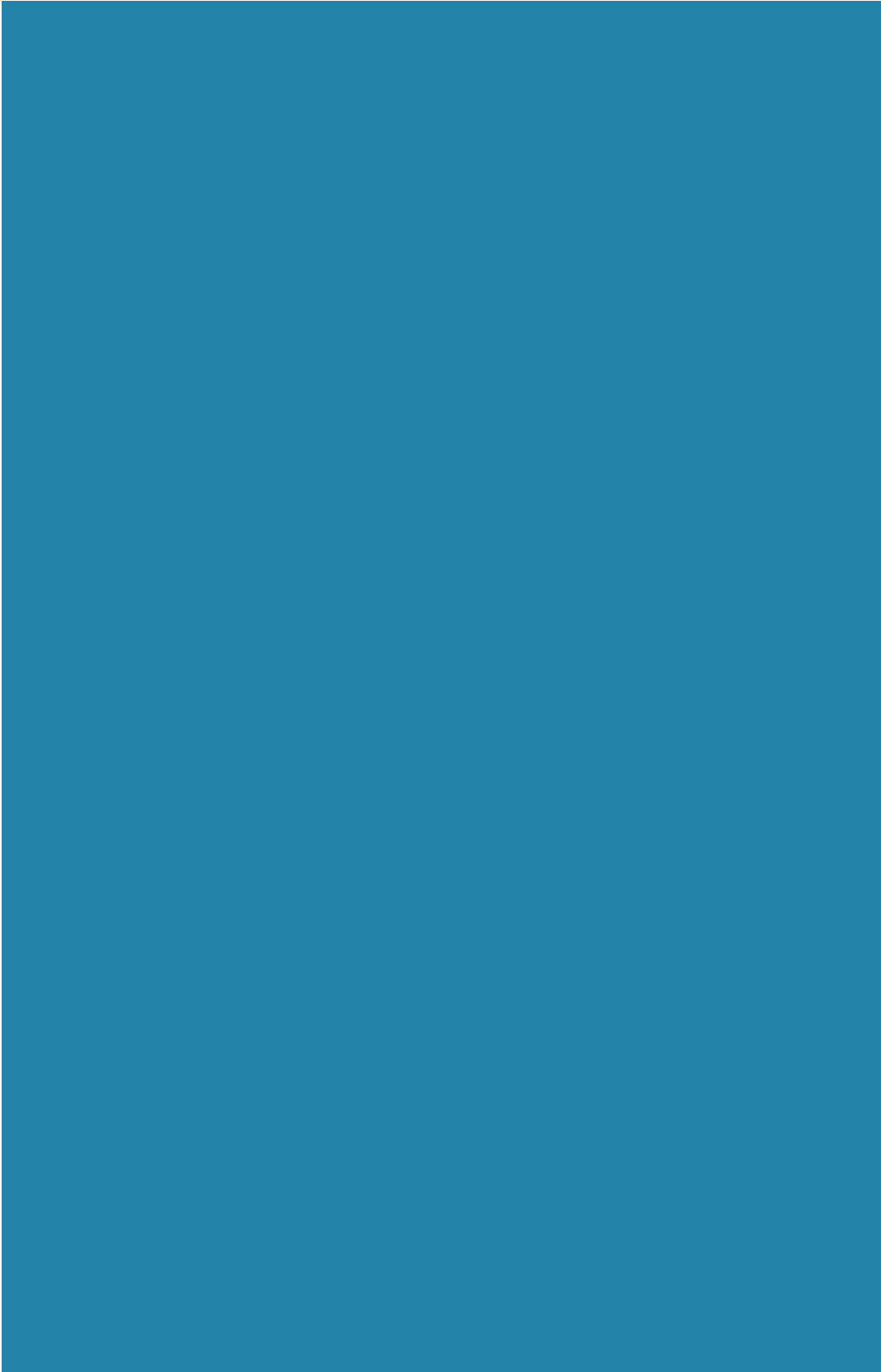
ao formarem e mobilizarem agentes engajados para a participação na esfera pública e no domínio e hackeamento do aparato tecnoburocrata como o orçamento público, as leis de diretrizes orçamentárias, a elaboração, fiscalização e implementação de políticas, estes movimentos estão reorganizando o Lugar de Poder e importância das culturas periféricas na política cultural da cidade. Portanto, com a devida acuidade aos territórios, estas experiências nos revelam um papel estético político trilhado por estes movimentos, o qual vem fomentado, preservando, valorizando e difundindo as culturas periféricas que compõe os diversos contextos das periferias paulistanas.

Na busca de uma narrativa estética política tendo o corpo como manifesto errante e radical, a performance Banho de Sangue de Luzia Amelia Silva Marques dança o compromisso de uma militância poética que desconstrói a homogeneização do corpo da mulher negra e condena seu extermínio e fetichização historicamente construídos. Em uma ação de aproximação do potencial estético e político e seu corpo, Luzia desconstrói o imaginário racista e narra sua performance. Assim, Banho de Sangue: o corpo da mulher negra em ação partilha as inspirações, aspirações, motivações e proposta dessa ação artística, militante e ativista.

O Simpósio cumpriu sua proposta de reunir ações sociais de resistência de diversos grupos, movimentos e organizações para reforçar a importância do acesso à memória, da promoção do diálogo intercultural, do fomento à pesquisa participativa e da produção de conhecimento coletiva. A intenção deste Boletim é ampliar o campo das diversas epistemologias e experiências que contribuem para o fortalecimento e visibilidade das lutas aqui presentes.

Boa leitura!

Ana Paula do Val e Luana Vilitis



A MULTIPLICIDADE DO SAGRADO NA REGULAÇÃO DO RELIGIOSO: UMA EXPERIÊNCIA EM SALVADOR/BA ¹

Leandro de Paula



Turma de alunos no Terreiro Tumba Junsara, Salvador BA, em abril de 2019. Foto: Arthur Seabra

A participação do discurso religioso na vida pública tem frequentemente convocado a atenção de cidadãos e pesquisadores brasileiros interessados nos contornos de nossa experiência democrática. Ao longo das últimas décadas, testemunhamos diferentes atores que reivindicam identidades religiosas marcarem presença em debates públicos, dando visibilidade a agendas políticas que buscam interferir diretamente no campo dos costumes e nos direitos de grupos vulneráveis. Impulsionado sobretudo pelo crescimento do segmento neopentecostal, esse fenômeno vem se fortalecendo eleitoralmente e compondo uma frente conservadora que reúne, na atual legislatura, mais de duas centenas de parlamentares no Congresso Nacional. ²

Em meio a esse acontecimento histórico e às justas apreensões que suscita, muitas vezes somos levados a pensar que o campo de experiências que denominamos “religiosas” se refere a uma dimensão humana incompatível

¹ O texto apresenta uma reflexão derivada da participação no Simpósio da Diversidade Cultural, organizado pelo Observatório da Diversidade Cultural durante o XV Encontro Nacional de Cultura (Enecult), em Salvador/BA, nos dias 31 de julho e 1 de agosto de 2019. Registro meu agradecimento ao Prof. José Márcio Barros e à equipe do ODC pelo convite e pela oportunidade de interlocução.

² Em setembro de 2019, a Frente Parlamentar Evangélica congrega o total de 195 deputados federais e 8 senadores. Cf.: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>.

com os princípios organizadores da vida coletiva. Noutras palavras, diante do iminente sequestro do Estado por uma visão religiosa e sectária, parece nos caber a defesa de um ideal de democracia imune aos riscos que os discursos e doutrinas de fé representam ao mundo público. E assim, de forma mais ou menos consciente, aludimos à imagem de uma fronteira: de um lado, estaria o âmbito das escolhas morais que dizem respeito à intimidade de cada pessoa; de outro, os deveres e responsabilidades que formam sua existência política.

Essa imagem a que recorremos para analisar as complexas relações entre religião e política não é gratuita, mas fruto de um processo histórico específico. A invenção desses dois domínios da ação humana, bem como da linha que os separa, corresponde a um dos mais importantes feitos do raciocínio político moderno. Foi a partir da ideia da privatização da vida religiosa que se ergueu a própria possibilidade do espaço público, bem como da adesão a esta, àquela ou a nenhuma confissão derivar não da imposição da lei, mas de uma decisão de carácter pessoal e subjetivo. Assim, os valores, as regras e as instituições que regem a convivência comum deveriam ser pautados pela neutralidade quanto ao elemento religioso, de maneira a viabilizar os preceitos de igualdade e de liberdade que estruturam nossa própria aposta na democracia.

Contudo, essa lição que a modernidade política nos ofereceu, e pela qual buscamos ainda balizar nossas concepções do “público” e do “privado”, dá forma a uma narrativa repleta de acidentes de percurso. A plena separação entre o discurso religioso e a vida comum a todos os cidadãos configura mais uma utopia do que uma realidade verificável. No Brasil e em diversos outros países do mundo, aquilo que denominamos laicidade do Estado corresponde a uma norma razoavelmente elástica, capaz de acomodar, nas instituições e nas decisões públicas, os valores religiosos da maioria da população como uma reprodução tão naturalizada quanto violenta das

desigualdades internas às dinâmicas sociais.

Se quisermos, então, aprimorar nossa crítica à presença pública do elemento religioso, devemos identificar que a tentativa de isolá-lo das relações de poder surgiu do aparecimento da própria ideia de diferença religiosa como um problema de governo. Foram as disputas entre modos distintos de compreender as divindades e sua agência sobre o mundo que nos levaram a conceber a necessária privatização da experiência da fé. Tais diferenças, em nome das quais ainda ardem as guerras santas, estão assim na raiz do esforço em controlar a expressão do religioso.

Todavia, como mostram os contextos atuais do Brasil, da França ou da Índia, esse projeto político moderno tem sido frequentemente frustrado em suas próprias expectativas, já que há sempre uma brecha pela qual se presentificam os conteúdos e os argumentos da fé. Como um retorno daquilo que se recalca, a religião, mais cedo ou mais tarde, sempre volta a se materializar na cena pública. Dessa forma, talvez possamos arriscar um exercício de revisão: e se, em lugar de suprimi-lo, ousássemos regular o elemento religioso pela afirmação positiva de sua multiplicidade?

Partiríamos assim da ideia de que aquilo que a retórica e as lideranças religiosas tentam a todo custo estabilizar, em dogmas ou em frentes parlamentares, corresponde a um impulso indomável: como queria Mircea Eliade, o sagrado é uma experiência cuja natureza está em confrontar o sujeito com sua própria nulidade. Contra, portanto, aquilo que insistem em nos dizer, o sagrado incluiria em si mesmo o apagamento de toda pretensão à verdade última, disponibilizando-se como acontecimento capaz de reordenar continuamente o sujeito em sua ação no mundo. A valer essa leitura, o sagrado poderia ser visto em sua face anfíbia: uma experiência pessoal, mas altamente política; íntima, mas necessariamente pública; individual, mas indissociavelmente coletiva.

Desde 2018, esse conjunto de inquietações tem motivado o desenvolvimento de uma ação de extensão no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com a parceria das ONGs CESE e Koinonia, “Sagrados em Ação: Pluralismo Religioso e Direitos Humanos”³ é uma tentativa de pensar sobre as relações entre o fenômeno religioso, a cidadania e a vida pública, envolvendo estudantes, docentes, pesquisadores e, especialmente, membros e lideranças de comunidades de diferentes tradições de fé.

As contribuições desses interlocutores têm sido fundamentais para delinear o horizonte dos objetivos e possibilidades do projeto. Assim, percebemos, em primeiro lugar, a importância de contribuir para a formação de uma cultura de tolerância no interior da própria comunidade acadêmica, por meio da ampliação das referências dos estudantes sobre diferentes expressões religiosas presentes na cidade de Salvador.

Para exemplificar o que significa isso, tivemos na turma do curso realizada no primeiro semestre de 2019 a participação de quarenta pessoas, dentre as quais se encontravam ateus, agnósticos, candomblecistas, católicos, espíritas, evangélicos e umbandistas. Ao longo de meses de estudo e discussões, alcançamos experiências muito ricas de aprendizagem conjunta, que dificilmente teriam sido possíveis em um ambiente de ensino que deixasse de fora do debate as crenças e identidades religiosas dos participantes.

Outro objetivo que tem sido possível perseguir com este projeto é o reconhecimento não apenas dos desafios, mas também dos recursos que o elemento religioso apresenta para a efetivação do pluralismo democrático. Estamos assim menos interessados em demarcar a linha que separa o

³ Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas nas redes sociais: [instagram.com/pluralismoreligioso](https://www.instagram.com/pluralismoreligioso) / [facebook.com/pluralismoreligioso](https://www.facebook.com/pluralismoreligioso)

público do privado do que em identificar, nas cosmologias das diferentes tradições religiosas, intuições que podem inspirar um entendimento alargado do que sejam os direitos humanos.

Esses passos nos levam a assimilar, junto às comunidades de fé com as quais dialogamos, formas de associação entre as experiências religiosas e a vida cidadã. Noutros termos, ao sairmos do campus e visitarmos terreiros, igrejas, mesquitas ou sinagogas, estamos em busca de descobrir como cada grupo negocia, a partir de suas referências religiosas, a inclusão das diferenças.

Para isso, assumimos que os movimentos religiosos são territórios especialmente propensos a tensões internas, derivadas das diferentes apropriações identitárias que reivindicam a autenticidade de suas práticas e crenças. No seio de tais comunidades, tendem a coexistir perspectivas exclusivistas/fundamentalistas e aquelas mais tolerantes/inclusivas, predisposições que são alimentadas por fatores como as escolhas teológicas, as relações históricas estabelecidas com outros grupos religiosos e as formas de sanção - legal e simbólica - dadas a cada tradição pelo contexto socio-político mais abrangente.

Frente a essa cena, temos procurado reconhecer como a polissemia que caracteriza os discursos religiosos se credencia como fonte para a consolidação de diferentes perspectivas de atuação cidadã. Buscamos então tomar parte no delicado desafio da gestão da diversidade religiosa, assumindo que essa tarefa depende não apenas das comunidades de fé isoladamente, mas também da sociedade civil mais ampla e, em especial, da universidade, como mediadora privilegiada entre os universos religioso e secular.

A premissa central que fundamenta nossa ação de extensão são os direitos humanos. Entendemos tais direitos não como um mero conjunto de

preceitos que regulam a relação entre Estados e cidadãos, mas sim como expressão de um processo histórico que coincide com a privatização da religião: ao mesmo tempo em que transformamos as escolhas religiosas em uma questão de ordem íntima, fizemos da dignidade de toda vida humana nosso solo moral comum.

Mas, como as evidências nos fazem constatar, sabemos que nem todas as vidas são tratadas como igualmente dignas; pelo contrário, nas regiões menos favorecidas dos aglomerados urbanos, esse solo geralmente tende a se rarefazer pelas mãos do próprio Estado. E, nos ambientes onde a dignidade é frequentemente subtraída, o discurso religioso pode vir a se tornar uma perigosa fonte de autoridade e controle dos comportamentos. Mas é também ali que, em sua polissemia, muitas vezes ele se revela o articulador possível dos direitos humanos: seja por meio do encorajamento da experiência comunitária ou pelo envolvimento direto na luta por moradia, trabalho, equidade de gênero, dentre outras pautas.

É nesse sentido que temos conhecido e aprendido com comunidades religiosas de Salvador formadas por pessoas em situação de rua, outras engajadas no combate à intolerância, outras envolvidas na luta por reparação racial, ou ainda outras comprometidas com a inclusão de LGBTs. E somos sempre levados a perceber que esses não são grupos de militância para os quais o elemento religioso veio a cumprir uma função agregadora; antes, são processos de convergência entre pessoas que se reconheceram como sujeitos políticos a partir de suas trajetórias de fé.

Essa experiência e os encontros que tem proporcionado nos fazem acreditar que, frente aos impasses políticos que temos pela frente, tornar visível a multiplicidade de vivências do sagrado pode ser um caminho mais produtivo do que tentar controlar a manifestação pública do religioso. Em nossas análises e interações, em nossas pesquisas e rodas de conversa, talvez

estejamos mais próximos de aplacar as angústias trazidas pela presença ostensiva da religião quando nos dispusermos a disputar seu terreno, fortalecendo os modos inclusivos com que os sagrados se colocam em ação.

RESISTÊNCIAS CULTURAL E RELIGIOSA: O LEGADO NEGROAFRICANO SALVAGUARDADO PELA MATRIARCA “NENGUA GUANGUACESSE” NO TERREIRO BATE FOLHA

Carla Nogueira

Frente às questões do nosso tempo vivenciadas pelas duras experiências do atual cenário político, cultural, social e econômico do Brasil, reforçadas a partir do golpe de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita, permite-se recuperar um conjunto de problemas registrados na história que oportuniza identificar nos fatos recentes de ataques à democracia o legado do passado de servir, sem concessões, ao capital estrangeiro, de atender às classes dominantes e impedir autonomia à mulher.

A ocorrência de tais fenômenos possibilita aprofundar as condições mais adequadas para a hegemonia do grande capital entre nós. Do apoio ostensivo dos grandes meios de comunicação e a participação efetiva da base de sustentação da política brasileira. Elementos que formam, conforme Jessé Souza, “a ‘violência simbólica’ que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira [...] reproduzida cotidianamente por meios ‘modernos’, [...] muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca” (SOUZA, 2009, p. 15).

Ao vislumbrar na atual conjuntura a continuidade no estrangulamento de avanços consideráveis em áreas estratégicas do desenvolvimento social, econômico, de acesso e financiamentos na educação, cultura e pesquisa, assim como, a retirada de conquistas significativas nos diversos campos, na perspectiva de Bourdieu, da representação de espaços simbólicos de confrontos, determinações, tensões e validações de códigos de valores (BOURDIEU, 2004) se faz emergente remontar nas malhas do cotidiano, histórias de lutas e resistências que performatizam as vivências de comunidades inteiras na herança ancestral dos Terreiros de Candomblé.

Para Professora Yeda Pessoa de Castro, a dimensão da importância da herança cultural e as influências africanas, hoje, mais preservadas no domínio da reli-

gião, produziram as diferenciações do português do Brasil do português de Portugal, “transitando pelos meandros da linguagem litúrgica afro-brasileira até uma eventual integração de seu vocabulário na língua portuguesa”. (CASTRO, 2001, p. 17)

Refletir a partir das experiências do cotidiano dessas comunidades que durante grande parte dos registros historiográficos, demográficos e sociológicos estiveram fora do alcance de interesses, inclusive do estado brasileiro, demarca novas formas de enfrentamento e compreensão do mundo, por meio de epistemologias outras que inclui saberes relacionados ao humano e ao Sagrado. Vinculações que permitem reestabelecer laços de pertencimento, identidade e corresponsabilidade comunitária mantidas pelas comunidades tradicionais do candomblé, pelo povo de axé (ngunzo) e a efetiva participação de mulheres negras na inscrição desse legado negroafricano no Brasil.

Nessa perspectiva, as narrativas que emergem do Bate Folha, “memorativas no fluxo do tempo” (BOSI, 2004, p. 24) são reveladoras dos aspectos culturais, sociais e de solidariedade ainda encontrados nas camadas populares ampliadas e também circunscritas às atuações dos terreiros. Assim como permite trazer à tona para o campo de debate a representatividade da Nengua Guanguacesse, nome de iniciação de D. Olga, senhora de 94 anos de idade e 70 anos de iniciada e no direcionamento desse centenário Terreiro Bate Folha.

Localizado no bairro da Mata Escura, bairro popular e eminentemente negro de Salvador, o Terreiro Bate Folha possui registro de 1916, tendo narrativas de existência anterior, e foi fundado pelo Sr. Manoel Bernadino da Paixão. Sua extensão territorial é de aproximadamente 15 hectares de Mata Atlântica resguardada e protegida pelo cuidado e preservação dos filhos e filhas de santo da casa e da comunidade do entorno. Porém, não é somente pela ampla área verde preservada, que impressiona, mas por toda a sua construção que aborda meios de convivência coletiva e de comunitarismo em plena contempora-

neidade quando se combate o individualismo, consumismo e constantes viagens nas redes como meio possível de reconexão com a terra, a água, o ar, o meio ambiente e apresenta diferentes formas de salvaguarda na consolidação da cosmologia do sistema religioso afro-brasileiro. Sua importância também é destacada, considerando a histórica contribuição do terreiro para o desenvolvimento local e testemunho do processo de urbanização da Mata Escura, com o surgimento das primeiras habitações e primeira instituição de ensino fundamental no espaço do terreiro, contribuindo para a formação escolar inicial de muitas crianças do entorno e região.

Pensar o candomblé é entender os cultos afro-brasileiros como religiões ligadas à natureza e que retiram dela a energia necessária para a manutenção da vida, da saúde e do convívio social, implica também em pensar no papel historicamente desenvolvido pela mulher negra na manutenção e continuidade do legado negroafricano no Brasil. Para Maria Salete Joaquim, “a existência da cultura africana no Brasil deu-se, em primeiro lugar, pela sobrevivência dos cultos que estiveram ligados à identidade dos negros” (JOAQUIM, 2001, p. 29).

Do Bate Folha e das vivências desde a infância, Dona Olga, moradora desde muito jovem da Mata Escura, é considerada um arquivo vivo do bairro e figura invariavelmente respeitável e representativa pelos incentivos à economia solidária e comércio local, orientações e proteção espiritual aos que recorre e, acima de tudo, mobilizadora social que com protagonismo e olhar sensível consegue constituir espaços de geração de trabalho e renda a partir das atividades apreendidas ao longo da socialização da mulher, do trabalho em rede e apoio às atividades relacionadas aos ganhos reais de membros da própria comunidade com fomento à produção e circulação de serviços, na superação e enfrentamento das relações discriminatórias e dos mecanismos de negação do Bairro.

Sua atuação representa o papel desempenhado por pessoas comuns na periferia de Salvador, que dialoga e estabelece um lugar de fala e de pertencimento, permitindo a formação cidadã diante das adversidades socioeconômicas, raciais e de gênero tão arraigadas em nossa sociedade. Sua percepção de comunidade e família ampliada, aos moldes da herança tradicional africana, se estende quando acolhe, aconselha, alimenta, ampara e cuida.

Referências

BOSI, Ecléa Bosi. O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 25.

SOUZA, Jessé. Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

JOAQUIM, Maria Salete. O Papel da Liderança Religiosa Feminina na Construção da Identidade Negra. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: EDUC, 2001.

José Rogério Lopes

O presente texto é uma revisão da exposição realizada no Simpósio “Diversidade Cultural e Desenvolvimento: a questão dos direitos e das liberdades”, realizado durante o XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, UFBA, Salvador, 2019. Aqui, descrevo alguns elementos reflexivos acerca de investigações realizadas no quadro do LaPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil¹, expondo o escopo do projeto e, após, alguns pressupostos e referenciais analíticos que emergem das pesquisas, considerando as influências de concepções de desenvolvimento sobre as comunidades investigadas.

Na sua trajetória, o Laboratório investigou² 33 coletividades e comunidades constituídas nos critérios da pesquisa, distribuídas em 17 estados do país³. Da análise dos relatórios de incursões de campo foi possível reconhecer uma primeira configuração geral dos casos estudados, considerando o projeto formal, ou informal, que essas coletividades estabeleceram, em relação com o contexto ambiental em que estão situados, a matéria-prima que utilizam em suas práticas e os produtos que resultam dessas interações (LOPES; MEIRELLES, 2017). Constatou-se que a grande maioria dos casos estudados se caracteriza por originar de interações diretas das comunidades com alguma matéria-prima disponível no contexto ambiental em que estão situadas, através de práticas de extrativismo e beneficiamento de algum tipo, que inclui

¹ O Lapcab reúne investigadores que abordam as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social (extrativistas, artesãos, pescadores, entre outros) que se reconhecem em um contexto ambiental determinado e que utilizam, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integram as percepções locais de cultura e ambiente. Esse processo de integração das percepções de cultura e ambiente baseia-se na concepção de que as tecnologias produzem agências sobre as ações e interações dos humanos entre si, e dos humanos com não-humanos, constituindo redes que caracterizam coletividades sociotécnicas (LATOURETTE, 2012). As imagens e um breve descritivo das coletividades e comunidades investigadas no projeto estão disponíveis em uma página criada no Facebook: www.facebook.com/lapcab.

² As investigações foram orientadas pelos procedimentos de estudo de caso com base na abordagem etnográfica (VAN VELSEN, 1987), utilizando técnicas de investigação estipuladas em um quadro comum às pesquisas em Ciências Sociais, consistindo de observação direta dos contextos investigados, entrevistas, coleta documental e aplicação de questionários.

³ As comunidades e coletividades selecionadas (10 na região norte; 8 na região nordeste; 2 na região centro-oeste; 6 na região sudeste e 7 na região sul), variavam conforme a distância das mesmas em relação à capital do estado em que se localizam. Buscou-se variar a localização regional das coletividades e comunidades, visando uma representatividade amostral das mesmas, considerando-se sua inserção em redes de produção e distribuição dos bens ou produtos gerados em cada contexto.

técnicas produtivas e fazeres de ofício tradicionais. Nesse sentido, as práticas e fazeres de ofício dessas comunidades estão inscritos na definição de tecnologias patrimoniais, por representarem artefatos ou formas culturais que preservam dinâmicas de enraizamento socioambiental (ARDANS, 2014) variados e mediados por técnicas produtivas de bens identitários. Também, boa parte dessas comunidades se inscrevem na concepção de comunidades tradicionais⁴ definida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007).

No conjunto dessas comunidades, buscou-se identificar os agenciamentos que deslocam a percepção de si que as mesmas produzem em relação com a natureza (seja na coexistência⁵ entre elas, seja na elaboração de produtos e bens de marcação identitária, seja na processualidade das tecnologias patrimoniais), gerando arranjos que expandem o reconhecimento, pelos outros, da qualidade primordial de sua identidade⁶, em relação com a natureza. Tal identificação visava orientar a percepção dos campos de influências ou condicionamentos que as forças modernizadoras operam em tais comunidades, ao gerar “tensões crescentes” (HAGEN, 1967) que impulsionam necessidades ou desejos de mudanças sociais entre seus atores⁷.

4 Conforme o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Territórios tradicionais, no mesmo decreto, são entendidos como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

5 Aqui, pensamos a experiência sensível dessas comunidades com a natureza como dado da sensação, segundo Merleau-Ponty (1994, p. 286): “O sensível [...] é uma certa maneira de ser no mundo que se propõe a nós de um ponto do espaço, que nosso corpo retoma e assume se for capaz, e a sensação é literalmente uma comunhão [ou uma] coexistência”.

6 Pensamos a qualidade primordial da identidade dessas comunidades em consonância com as noções de autenticidade primordial e emergente, elaboradas em correspondência com as noções de diversidade primordial e emergente, definidas por Navarrete (2008). Pensando a diversidade cultural desde a perspectiva étnica, os autores definem a diversidade primordial como concepção ancorada na identidade ligada às raízes originárias das coletividades ou grupos, enquanto a diversidade emergente é definida segundo os processos simultâneos de integração e resistência que as coletividades estabelecem na interação com outras coletividades e com a modernização ocidental, constituindo novas características e necessidades de acordo com o momento histórico (etnogênese).

7 Hagen discute a mudança das sociedades tradicionais para as sociedades de progresso tecnológico contínuo. Segundo o autor, o equilíbrio nas relações de sociedades tradicionais está assentado na “ausência de qualquer tendência a aumentar a renda média individual” (p. 28), de forma que não há desvio de recursos a serem aplicados nas mudanças produtivas nas técnicas. Assim, a mudança a uma “sociedade de progresso tecnológico contínuo” (p. 29) ocorre segundo duas teses contraditórias: técnico-econômica e sociológica. A primeira implica que o acúmulo de conhecimentos técnicos e científicos aumenta o ritmo de descoberta de novas técnicas, embora a história do progresso técnico evidencie a irrealidade social dessa afirmação, uma vez que a mudança do progresso tecnológico é universal e deu-se por ondas. A segunda implica que mudança econômica impulsiona mudança social, nas relações entre dominantes e emergentes, e na experiência cotidiana da vida social tradicional. Tais mudanças sociais - transformações - não se impõem por aceleração gradativa. Elas atingem grupos subordinados ou a sociedade inteira. Na ideia de grupos subordinados, o autor apresenta indícios para pensar a transição: surgem “tensões crescentes” (p. 32), que podem ser extensivamente generalizadas, segundo algumas circunstâncias.

Dessas investigações, elaborou-se uma análise temática dos referentes descritivos utilizados nos relatórios de campo, utilizando o software NVivo, de onde se destacaram quatro termos-chaves: cultura, tradição, comunidade e inovação. Esses termos foram complementados por mais dois, em uma segunda análise temática (identidade e matéria-prima), resultando em um quadro temático-analítico que evidenciou as correspondências operadas entre os mesmos, pelas comunidades.

O termo cultura foi o primeiro a evidenciar as tensões crescentes agenciadas pelos atores do desenvolvimento, nas interações que estabelecem com as comunidades investigadas. Sobretudo, da análise do uso do termo se pode perceber a ocorrência de deslocamentos operados desde a instalação daquelas tensões.

O termo cultura apresentou duas acepções: a) uma vinculada às concepções de identidade e tradição (menos comum e de caráter territorial); b) outra vinculada à concepção de política pública (mais comum a todas as comunidades e genérica), podendo referir-se à ideia de Ponto de Cultura; de secretarias de cultura; e/ou de Ministério da Cultura. Assim, no que se refere à ideia de cultura, especificamente, tem-se que essa é muito mais uma construção exógena às comunidades, que se dá a partir do modo como a cultura é entendida e difundida pelos agentes estatais, mas também, por agentes de Organizações Não Governamentais e de mercado. Os agenciamentos exógenos que se operam sobre a qualidade primordial da identidade dessas comunidades imprimem uma tensão nas perspectivas de sua consciência sensível, formada na interação com a natureza, ao ofertarem uma “consciência intelectual” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 292) que atravessa a relação das mesmas com os objetos ou coisas que compõem o mundo. Essa tensão gera um primeiro deslocamento⁸ de sentido nas interações ori-

⁸ Aqui, entendemos o termo como elaborado por Stuart Hall (SOVIK, 2003, p. 12): “Deslocamento [...] é a imagem que Hall faz da relação da cultura com estruturas sociais de poder; pode-se fazer pressões através de políticas culturais, em uma ‘guerra de posições’, mas a absorção dessas pressões pela relações hegemônicas de poder faz com que a pressão resulte não em transformação, mas em deslocamento; da nova posição fazem-se novas pressões”.

ginárias dessas comunidades com seu contexto ambiental.

Na maioria dos casos, esse agenciamento político remete à manutenção de certas tradições e identidades locais que, em função de agenciamentos existentes em um dado momento do tempo, são tidas como relevantes e merecedoras de preservação, ou apoio. Já do ponto de vista das comunidades, cultura é sinônimo de políticas públicas, na maioria das vezes vinculadas a projetos pontuais ligados às Secretarias de Cultura locais, ao Ministério da Cultura e, mais recentemente, à noção de Ponto de Memória, sendo esta, uma concepção trazida pela nova museologia, também chamada museologia social⁹.

Ainda nessa direção, merece destaque a constatação de que o uso do termo cultura é progressiva e expansivamente vinculado à ideia de recurso. Esta correspondência, ou aproximação, se expressa pela estreita relação que os termos assumem, quando exteriorizados nas comunidades para explicitação das suas relações com as políticas públicas e o mercado. Nesse sentido, o uso do referente recurso explicita uma ambivalência, ora assentada na lógica de redução da cultura a uma “reserva disponível” para estabelecer autenticidade ou legitimação a um produto para o mercado (YÚDICE, 2006), ora assentada na lógica de recuperação, ou resignificação, do produto como um bem, para a valorização comunitária da qualidade primordial de sua identidade. Neste último caso, o recurso equivale à matéria-prima com as quais as comunidades interagem, em seus contextos ambientais, e é deslocado do mercado para compor, ou atualizar, a “reserva disponível” de autenticidade de seus processos identitários (SPOONER, 2008). Esse segundo deslocamento de sentido, embora condicionado por uma ambivalência de orientações dos agenciamentos culturais endógenos

9 Esta, segundo Moutinho (2014, p. 423) tida como “uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia, em particular, com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do

e exógenos às comunidades, permite compreender as limitações da tensão instalada pela influência da “consciência intelectual” sobre a experiência sensível dessas comunidades com a natureza, como dado da sensação. Uma vez que os agenciamentos ambivalentes se assentam sobre a mesma ideia de “reserva disponível”, os produtos autenticados para o mercado podem ser recuperados, ressignificados e inseridos em um regime de valor tradicional.

Isso ocorre nas várias situações em que essa autenticidade se atualiza, contemporaneamente, pela mediação desses recursos em processos de patrimonialização cultural, como já destacou Dias (2012)¹⁰.

Assim, as referências ao uso do termo recurso remetem a um conjunto bastante diverso e alargado de entendimentos acerca: da existência de certos recursos instrumentais que garantem a reprodução de um

Território” e, neste sentido, tem-se que a “a abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica” de populações, historicamente marginalizadas e/ou deixadas de lado em função da ideia de colecionismo, esta, norteadora das abordagens museológicas mais tradicionais. Agrega-se a isto, também, o exposto por Chagas et al (2014, p. 432) quando este coloca que a perspectiva proposta pela museologia social reitera “um compromisso com uma visão de mundo de caráter libertário que reconhece a importância de se estimular, a partir da memória e dos museus sociais, novos agenciamentos, novas linhas de fuga, novos processos de empoderamento”, os quais, escapam dos ditames colecionistas da museologia tradicional. Movimento esse que, no Brasil, tem se efetivado através do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) por meio do Programa Pontos de Memória que tem como objetivo principal apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social de diferentes coletividades. Sobremaneira, do ponto de vista prático, tem-se que a ideia de ponto de memória de diferencia das abordagens mais tradicionais na medida em que se utiliza de uma metodologia participativa e dialógica que trabalha com a memória dessas coletividades de forma viva e dinâmica e que resultam de interações sociais e processos comunicacionais que possuem agência e elegem aspectos do passado – estes, tidos como importantes de serem destacados, de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo. Sobretudo, tem-se que a perspectiva que norteia a ideia de ponto de memória tem como foco valorizar o protagonismo comunitário de modo que, desde essa perspectiva, o museu passa a ser pensado/concebido como um instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável, o que, a longo prazo, implica no fortalecimento das tradições locais e dos laços de pertencimento, melhorando assim as condições de vida da populações tradicionalmente subalternizadas através do fomento do turismo e da economia local.

10 As relações entre bens identitários e mercado são potencializadoras de processos de patrimonialização, como já analisou Dias (2012). Ao investigar os registros fonográficos das músicas tradicionais de Cabo Verde e os significados que adquirem em diferentes contextos, a autora evidencia que as “tecnologias de registro fonográfico são usualmente tomadas como um fator fundamental para fazer da música mercadoria [...] e] como mecanismos importantes também nos processos de patrimonialização e construção de memória” (DIAS, 2012, p. 41). Através da mediação de tais registros, mercado e patrimônios culturais tornam-se esferas mutuamente relacionadas.

dado modo de vida e/ou tradição da comunidade; da existência de recursos compensatórios derivados de multas e notificações ambientais que são convertidos em capital financeiro; do capital “dinheiro”; da obtenção de insumos para a continuidade de suas atividades, como tradição de ofício, ou para atendimento das demandas de mercado; e do esgotamento da(s) matéria(s)-prima(s) com a(s) qual(is) interação.

De uma maneira geral, dadas as especificidades que envolvem cada contexto ambiental analisado, tem-se que muitas vezes elas são expressas pela referência de um determinado bioma, de uma dada região, ou de um entorno onde a matéria-prima (insumo) é obtida, por meio da atividade extrativista dos próprios agentes e/ou a coleta destes in loco.

No que se refere ao esgotamento da matéria prima, tem-se que tal preocupação reside sobretudo na forma cultural da interação que as comunidades estabeleceram com seus contextos ambientais, no que tange a existência e/ou disponibilidade dos insumos necessários à sua atividade, uma vez que nada é produzido, mas sim, coletado na natureza ou extraído desta in natura. Ocorre que, nos casos identificados com o extrativismo, a coleta ou extração de matéria-prima não é uma atividade mecânica, sendo geralmente ritualizada, ao incorporar procedimentos regulados pela sazonalidade de plantio-colheita (ou de estação) e de técnicas de reconhecimento da maturidade da matéria-prima, da conformação de suas propriedades naturais (formas, cores, densidade, peso, resistência e outras propriedades que influem nas técnicas de manuseio das mesmas), de sua disponibilidade e sustentabilidade. Estes últimos fatores decorrem de conhecimentos disponíveis e reproduzidos entre as comunidades, nas suas trajetórias, incorporando também outros padrões de regulação decorrentes das interações históricas que estabeleceram, e estabelecem, com agentes e dispositivos das políticas públicas e das demandas de mercado so-

bre os bens que produzem.

Assim, a progressiva e expansiva correspondência operante nas comunidades do uso do termo recurso remete a um terceiro deslocamento de sentido (ou percepção de si), em suas trajetórias, também ambivalente. No que se refere especificamente à obtenção dos insumos necessários para a manutenção das atividades desenvolvidas nas interações comunitárias, essa se vincula, recorrentemente, a uma busca (ou ainda existência) de matéria-prima e, também, a uma crescente preocupação com o esgotamento das reservas naturais existentes. Aqui, trata-se da introdução de um processo de reflexividade comunitária, derivado de um risco inscrito na reprodução de suas experiências sensíveis com a natureza, que opera pela auto confrontação das bases da modernização com suas consequências, ou seja, pela oscilação que o risco gera na “equação tácita entre latência e imanência na mudança social” (BECK, 1997, p. 13). Já no que se refere à crescente substituição do extrativismo e/ou da coleta desses insumos na natureza por uma terceirização no fornecimento dos mesmos, ou das próprias atividades, tal processo de reflexividade muda radicalmente. Seja a substituição introduzida por parcerias estabelecidas pelas comunidades com agentes exógenos, para apropriação de inovações, seja ela decorrente das restrições ambientais impostas às comunidades pelas políticas públicas, ocorre aqui uma ruptura na centralidade da experiência sensível dessas comunidades com a natureza, gerando um processo de reflexividade que as orienta à incorporação de modelos de ação mediados pela lógica da “consciência intelectual”.

Esse processo de reflexividade converge para correspondências operantes nas comunidades em torno dos termos modernização, modernidade e desenvolvimento, amplamente difundidos por agências institucionais como o SEBRAE, seja através de uma crescente classificação dos ofícios e dos artefatos culturais dessas comunidades (NERY, 2014), seja através da ideologia do empreendedorismo. Nesse sentido, o processo de reflexividade mediado pela lógica da “consciência intelectual” incorpora, progressivamente, procedimentos do raciocínio

produtivo, ou instrumental, e amplia o deslocamento da experiência sensível dessas comunidades para a “consciência da sociedade industrial”¹¹.

E aqui, como já analisado em outro estudo (LOPES, SCHIERHOLT, 2018), os caminhos abertos pela ambivalência do uso do termo recurso são diversificados, conforme o termo seja operado em correspondência com as concepções de cultura, difundidas institucionalmente, ou conforme seja o termo operado em correspondência com a matéria-prima com a qual as comunidades interagem, na produção de seus bens identitários.

Logicamente, os deslocamentos operados pelos agenciamentos “do desenvolvimento”¹² afetam os projetos identitários dos atores coletivos ou comunitários, buscando inibir as correspondências operantes que as comunidades estabelecem sobre os mesmos. Tais correspondências apresentam um perspectivismo situacional, conforme se operem em arranjos que se tecem desde agenciamentos endógenos ou exógenos. A identidade por eles construída a partir da ideia de comunidade está fortemente vinculada à tradição e tem como vocativo principal a memória e a busca pelos antepassados. Contudo, essa identidade torna-se performática, muitas vezes, frente às influências das políticas públicas existentes e o modo como essas políticas interpretam e difundem a ideia de cultura. Desta feita, pode-se dizer que tais políticas acabam, de certa forma, por forçar uma padronização das muitas identidades existentes no seio de uma dada comunidade, em torno de certos marcadores que são colocados em destaque, constituindo um “campo de forças performativas” (YÚDICE, 2006).

11 Raymond Aron define a consciência da sociedade industrial como uma projeção coletiva das relações de produção operando em empresas e das iniciativas de seus atores em empreendimentos. Das definições que elabora sobre tal projeção, destacamos aqui a mais difundida nas mediações operadas pelas agências institucionais, entre as comunidades pesquisadas: de que “a relação entre trabalhador e capital implica na noção de “cálculo racional”-econômico e não técnico” (ARON, 1977, p. 108).

12 O uso das aspas indica, aqui, que o discurso do desenvolvimento é geralmente proferido por atores que se desinibem de serem seus promotores, ou representantes, como se o desenvolvimento fosse um movimento autônomo e inegável.

Referências

- ARDANS, Omar. Comunidade, enraizamento, socioambiente: entre poética e política. *Ciências Sociais Unisinos*, Vol. 50, nº 3, p. 234-243, 2014.
- ARON, Raymond. A sociedade industrial. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. (orgs.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 107-116.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva; política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 11-71.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 fev. 2007. p. 316. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 3 abr. 2016.
- CHAGAS, Mário; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia Social em Movimento. *Cadernos do CEOM*, Ano 27 – nº 41, p. 429-436, dez. 2014.
- DIAS, Juliana Braz. Registros fonográficos da música cabo-verdiana: mercadoria e patrimônio. In: SANSONE, Lívio (org.) *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012, p.41-65.
- HAGEN, E. O processo de mudança. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 27-40.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez 1997.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social; uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA/Bauru, SP: EDUSC, 2012.

Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos

Para nós do Acervo da Laje¹ a questão da descentralização das narrativas artísticas, estéticas podem ser construídas também na periferia. Essa questão norteia muitas das nossas ações coletivas e artísticas, porque provoca deslocamentos dentro da cidade, revelando diversidade e saberes que não estão somente no centro, mas muitas vezes dispersos, por conta da centralização hegemônica dos espaços culturais estarem presentes muitas vezes nos grandes centros urbanos, relegando as periferias ao esquecimento e invisibilidade.

Neste sentido, a insurgência do Acervo da Laje se dá por conta da sua busca por pesquisar, difundir e expor as narrativas artísticas da periferia de Salvador que foram invisibilizadas ao longo da história, contando com a presença material, a materialidade das obras, gerando novos imaginários no encontro, antes impensável, da arte produzida na periferia para a periferia, mas também a arte do mundo para a periferia, construindo uma rede de consumo e produção de cultura até então não democratizada.

E como isso acontece?

Primeiro pela existência daquilo que denominamos de Acervo da Laje, que são dois espaços no bairro São João do Cabrito em Salvador, cuja experiência de Museu-Casa-Escola remonta às experiências de educação, arte e cultura presentes nas periferias soteropolitanas nas décadas de 1970 a 2000, originárias dos movimentos sociais e das or-

¹ O Acervo da Laje é um Museu-Casa-Escola situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, no bairro São João do Cabrito, Plataforma, composto por duas casas nas quais há exposições permanentes de artistas da periferia, bibliotecas, milhares de artefatos históricos e obras de arte que contam a história da periferia de Salvador, geralmente comprados ou recebidos em doação. Desenvolvemos ações culturais, artísticas, expositivas, educativas e museais desde 2010. A iniciativa conta com a colaboração de produtores, moradores e artistas, cuja lista é extensa. A todas essas pessoas a nossa gratidão. Para saber mais: <https://www.facebook.com/acervodalaje/> ou <https://acervodalaje.com.br>

ganizações comunitárias de defesa dos favelados e na luta por uma educação emancipatória e pautada nos saberes populares, com seus mestres e mestras promovendo formas de educação para a vida e para o enfrentamento da realidade, promovendo os direitos humanos, o direito à cultura e gerando processos de emancipação.

Acreditamos que as culturas e suas expressões geradas nas periferias precisam ser conhecidas, valorizadas e divulgadas em espaços que promovam o encontro das novas gerações com o legado de narrativas artísticas que por conta das questões de preconceito, estigma, territorialidade, gênero, etnia, técnicas etc., são esquecidas, muitas vezes por não fazerem parte do que foi “selecionado” como arte ou expressão artísticas pelas narrativas hegemônicas.

Sem esse conhecimento e encontro com essas obras não podemos falar de diversidade da cultura, pois em relação às narrativas hegemônicas não contamos com sua articulação, no entanto com a criação de espaços como o Acervo da Laje e sua proposta museal muitas vezes não considerada pelas narrativas hegemônicas têm a função de aproximar as artes das populações mais vulneráveis provocando de maneira muitas vezes considerada radical, por valorizar mais o encontro do que a preocupação com as burocracias e modelos que afastam as pessoas das obras, conforme tradições mais pautadas em modelos hegemônicos.

Talvez caiba ao Acervo da Laje essa função mesmo de Museu-Casa, ou seja, museu onde se pode comer, deitar em uma rede, conversar com Vilma e Eduardo, sentir a textura de uma obra, tocar nas peças expostas, levar uma muda de planta para casa, sentir a arte como experiência sensível, ajudar a fazer um café, discutir política, universidade, música, falar de história da arte a partir de nossas referências periféri-

cas, contribuir para a gestão dos espaços com o pague quanto puder, deixar uma mensagem de incentivo para que continuemos, promover encontros, comer uma moqueca, viver a vida na periferia sem que isso seja classificado como uma experiência exótica, tal qual um safari, mas viver uma vida de quem se desloca sempre para o centro nas condições mais adversas e fazer o contrário e aprender que na periferia temos também muito a contribuir com a vida e as narrativas estéticas das cidades.

E ser Museu é também para dizer que as periferias têm memórias e que a história tem que ser escrita por nós em diálogo com quem se aproximar, mas sempre na base do respeito e jamais com práticas colonialistas como discutimos no Simpósio da Diversidade, em uma crítica a certas práticas de apropriação dos saberes locais sem a devida devolutiva para as comunidades, continuando com uma relação histórica de silenciamento das histórias das periferias. Essas vozes e suas histórias precisam ser restituídas a quem lhes é de direito e precisam ser divulgadas como forma de contribuir para a diversidade cultural.

O museu na periferia tem essa função de difundir o conhecimento de forma horizontal, sem hierarquias de saberes, aprendendo em círculo, em um casa com uma vista para imensidão das construções que caracterizam as nossas vidas, como as lajes que estão por toda parte no território, pois ter um museu em uma laje é um modo de reforçar a nossa identidade e afirmar que apesar das adversidades estamos sempre em processo de criação e construção de novas possibilidades de ser e estar no mundo. Mesmo que digam que não é possível estamos a quase dez anos promovendo essa pequena revolução que é ocupar os espaços com arte, com cultura e com memória. Assim ocupar as lajes da periferia com arte, memória e cultura é uma forma de emancipação e promoção da vida, de sua não violação, pois se nós não ocuparmos

dessa forma já sabemos o que nos espera...

Talvez caiba também ao Acervo da Laje ser Casa no sentido de que a casa na periferia é lugar do encontro, da construção de novos diálogos, de ter espaço para a familiaridade com quem chega, de fomentar a dinâmica do pertencimento e estabelecer redes locais, tão importantes para nos fortalecer nestes tempos de crise e resistência. A casa é o espaço da resistência. É o quilombo que se insurge através das elaborações artísticas e estéticas. Por isso são casas com arte, memória e cultura, para enfrentar a mediocridade e apontar projetos e orientações para o futuro, levando em conta sua dinâmica de acolhimento e promoção de novas elaborações como espaço criativo, colaborativo e em constante processo de transformação. Entendemos a casa como espaço de resistência e lugar que gera comunidade, novas formas de socialização, o que seria aquilo que os espaços oficiais chamariam de formação de público, nós chamamos de fortalecimento de histórias de vida que se entrecruzaram por conta da humanidade que perpassa o espaço casa, sem a fria e gélida constituição de muitos espaços culturais que veem as pessoas como números e não com a humanidade que lhes é devida, por isso para nós gerir uma Casa que também é Museu e Escola é uma revolução, no sentido de conferir novos – e nossos – significados a essa experiência, e essa também é a nossa insurgência.

Talvez caiba ao Acervo da Laje ser Escola no sentido de uma universidade popular, onde o ensino e a pesquisa estejam diretamente ligadas às expressões populares e suas narrativas, pois cada encontro é repleto de aprendizagens que são relacionais e não hierárquicas, mas sim pautadas pela dinâmica do encontro humano, dialógico e emancipatório, pois quem chega contribui com o seu saber, a sua experiência, a sua vida. Neste sentido, é escola por ensinar no diálogo, na relação com as pessoas e com as obras, deixando que cada pessoa chegue às suas sínteses. Educa para o mundo, para a realidade, caminhando

entre ruas, becos, ruínas, praias, mangues e trilhos, tudo isso sem perder o desejo de aprender sempre mais, por isso a maioria das pessoas voltam ao Acervo da Laje, porque aprender tem sabor, cheiro, diálogo e a possibilidade de sonhar com os pés no bairro, nas ruas da periferia sem medo – ou quem tiver medo que venha, mas com certeza o perderá.

E essa escola provoca em tudo: nos bate-papos sobre narrativas negras, pirraças urbanas, a invisibilidade das mulheres negras nas artes, no pague minha arte, lentes feministas, corpo manifesto, nas ruínas fabris, fazeres da cidade, na arte invisível, nas oficinas de animação, xilogravura, arte em madeira, mosaico, pintura em tela, potinhoterapia, fotografia pinhole, fotolivro com memórias, olhar fotográfico, escultura, em projetos como O Ocupa Lajes, que em duas edições promoveu a democratização das artes visuais por diversos territórios da cidade do Salvador, provocando deslocamentos estéticos e artísticos que foram importantes para entender que o direito e acesso à cultura e às artes precisa chegar em todos os territórios e educando e em pé de igualdade com jovens produtores e produtoras, artistas e diversos profissionais que estão nesse diálogo sempre propositivo em busca da democratização das artes e da cultura nas periferias.

E trazendo à tona as obras de artistas que aqui habitaram e tanto produziram fazemos uma atualização da diversidade das expressões culturais da periferia, provocando novos olhares sobre essas criações, assim como documentamos sua materialidade.

E essa escola gera conhecimento, pesquisas, orientação e devolutivas para a periferia, e não queremos menos do que isso, pois, por esse exercício, muitas jovens estão ingressando em espaços antes impensáveis para elas e eles, como as pós-graduações e outros espaços de produção do conhecimento.

E assim, talvez a nossa participação no Simpósio Diversidade Cultural e Desenvolvimento no 15º Enecult tenha sido uma provocação para afirmar a diversidade das expressões culturais, de mobilização social e das lutas que estamos travando contra as opressões e as narrativas hegemônicas que tendem a nos sufocar, mas que por conta das mudanças que vivemos nas últimas décadas e tendo vindo de territórios marcados pela mobilização pela educação e direitos humanos as sementes germinaram e são elas que estão, também, produzindo novas formas de protagonismo cultural, político e educativo, não sendo possível mais retrocessos em relação a essas articulações.

Foi muito importante para nós falar das nossas experiências, mas também aprender a escutar, dialogar com outras experiências tão ricas e que não podem provar da solidão neste momento difícil da história brasileira, pois quem aprende que tem voz jamais voltará a se calar, como Vilma contou em um dos bate – papos na laje: “Quando eu falava, ninguém me ouvia. Agora todo mundo me ouve”. E aqui não tem volta, pois a cultura fortalece as nossas vozes, pois somos nós que escrevemos as nossas histórias negras, periféricas, femininas, com nossas formas de fazer arte e se expressar.

Ninguém vai mais nivelar o Acervo da Laje e nós por baixo, pois sabemos o que somos e temos a consciência de que a força dos encontros vai tecendo redes que vão se fortalecendo, pois entendemos que cultura é vida e a vida se renova sempre, por isso nos cuidamos, do corpo, da mente e do espírito, para enfrentar o que vier. E se for com a arte, a beleza e a cultura da periferia com certeza teremos mais formas criativas de atuar e reverter o mal que está aí.

E por sinal não é à toa que o título dessa contribuição se chama Insurgência, diversidade e narrativas invisíveis no Acervo da Laje: Museu-Casa-Escola na periferia de Salvador, pois estamos em uma cidade, Salvador, que nunca se rendeu diante da opressão e a prova disso é a publicação do livro *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia* (Companhia das Letras, 2019), do professor João José Reis, que nos apresenta essa memória das revoluções do povo negro e seu inconformismo diante das condições desumanas de trabalho.

Talvez essa seja uma das funções da memória e da história contida na epígrafe de George Santayana (*The Life of Reason*, 1905) do livro *Sobre o autoritarismo brasileiro* (Companhia das Letras, 2019), de Lilia Moritz Schwarcz: “Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la”.

E assim, o Acervo da Laje é um espaço de resistência, insurgência, diversidade e que traz à tona as narrativas invisíveis porque opera com uma memória que não pode retroceder e ao promover essa memória novas elaborações vão sendo construídas para que a cultura não seja privilégio, mas direito e vida!

Gisele Brito, Pablo Paternostro e Sílvia Lopes Raimundo

Introdução

As periferias de São Paulo sempre produziram cultura e arte. Mas foi a partir dos anos 1990, que esses fazeres artísticos e culturais passam a atravessar de maneira mais incisiva a insurgência de um sujeito coletivo, denominado por D'Andrea (2013) como Sujeito Periférico. O autor afirma que esse sujeito tem três características principais “se reconhece como periférico; se orgulha disso e age politicamente a partir dessa condição” (D' ANDREA, 2013. p.177).

Tal sujeito periférico teria emergido pela influência do Hip Hop, em especial dos Racionais Mc's, inicialmente, pela ação de saraus e coletivos culturais, que se multiplicaram na cidade desde meados da última década do século 20, constituindo, segundo Raimundo (2017), uma estética política:

Os integrantes dos Coletivos, formados em um contexto reivindicatório, desenvolvem suas atividades artísticas, em diferentes linguagens, contudo associadas às lutas políticas. A linguagem e a estética das artes tornam-se veículos para a exposição de críticas à ordem contra racionalidade. Arte e cultura criam espaços de liberdade de expressão e trocas de saberes, com slams e saraus, urdindo condições para a construção de outros olhares sobre a cidade. Criam constantemente projetos éticos, estéticos e comprometidos com a periferia, onde São Paulo, vista pelos empreendedores imobiliários, latifundiários urbanos e Estado como espaço do capital, toma outra dimensão, uma cultura de caráter democrático confere à cidade uma estética política. (RAIMUNDO, 2017. p.148)

Essa cena cultural efervescente, a constituição desses sujeitos periféricos e dessa estética política, são condicionantes essenciais para entender o surgimento, trajetória e objetivos do Movimento Cultural das Periferias e a constituição da Lei de Fomento à Cultura da Periferia (LEI Nº 16.496/2016).

2013 - A jornada periférica começou antes de junho

Logo no início de 2013, portanto antes do início da jornada que em junho daquele ano iria tomar diversas cidades do país, a ação política dos coletivos ganhou outro contorno. Para além das ações culturais que ampliam o direito à fruição e a produção cultural e ressignifica espaços públicos e privados nas quebradas (DAMIAO, 2015), os ativistas passaram a se organizar em rede para realizar disputas institucionais. O Fórum de Cultura da Zona Leste (FCZL) surge após o reconhecimento de várias coletividades daquela região, que tem alguns dos maiores índices de vulnerabilidade da cidade, de que suas demandas eram similares, a partir de uma audiência pública convocada pela Secretaria Municipal de Cultura, da recém-empossada gestão Fernando Haddad (PT).

O Fórum deu início a uma série de ações e formações, atraindo articuladores de outras áreas, inicialmente na zona sul da cidade, e depois, na noroeste.

Organizados, conseguimos sistematizar e sintetizar ideias em documentos com nosso posicionamento e visão de mundo, as bandeiras de luta e as prioridades, tornando públicas as nossas cartas em panfletos e mídias sociais. Dentre tantas pautas, o foco se deu no enfrentamento à governabilidade para uma visão macro onde se conseguisse chegar em políticas públicas estruturantes para a cultura, em especial para a periférica da cidade, sem qualquer restrição de linguagem, o recorte era territorial, defender o óbvio ainda é preciso. Acreditávamos que era possível avançar muito mais e inverter a lógica hegemônica era nossa utopia, fazer chegar mais políticas públicas onde vive a grande maioria da população, onde está a classe trabalhadora, a grande produtora de riqueza e inversamente a que menos usufrui dela (Jesus, 2019. p. 18).

As primeiras pautas defendidas por essa articulação, que só em 2015 vai ser denominada Movimento Cultural das Periferias, era à volta das Casas de Cul-

tura para a gestão da secretaria de origem, já que na gestão anterior (Gilberto Kassab, 2006-2013) estavam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal das Subprefeituras loteadas por vereadores, a destinação de 2% do orçamento municipal para a cultura, a transparência no empenho desse orçamento, fortalecimento do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais I e II, o reconhecimento e regularização de espaços ocupados entre outras.

Inicialmente nos organizamos em três grupos de trabalho: um grupo para organizar os estudos e formações políticas; um outro para organizar e sistematizar as demandas e reivindicações e que culminou no 1º seminário de políticas públicas; e um outro para organizar uma mostra cultural para evidenciar a efervescência artística nas periferias da cidade. Obviamente que esta grande rede não se restringiu e nem se fechou aos três grupos de trabalho, nos quais, de forma orgânica, se misturavam entre si juntamente com as militâncias do cotidiano e da cidade, desdobrando-se em tantos outros para cumprir as tarefas que surgiam (Jesus, 2019. p.18).

À medida que o movimento se articula no território urbano, a criação de uma lei específica para distribuir recursos públicos para coletivos atuantes em áreas periféricas foi tornando-se uma das prioridades para as coletividades envolvidas. Durante aproximadamente três anos, integrantes de um grupo de trabalho se reuniram diversas vezes para desenvolverem pesquisas, estudos e diferentes versões do texto da Lei de Fomento. Ao mesmo tempo em que se movimentavam e circulavam pela cidade, participando de diferentes atividades artísticas e culturais, faziam articulações políticas, organizando-se em princípio para a escrita e, posteriormente, para sua aprovação.

Nesse momento, a pesquisa criou um espaço de estudo e reflexão sobre diversos aspectos da sociedade, da política e da economia, para além do olhar para o cotidiano dos artistas e produtores artísticos periféricos. O processo para a elaboração de uma política pública para cultura, uma ação propositiva, com distribuição de recursos definida a partir das diferenças

territoriais e socioeconômicas, mostra como a experiência do estudar e do pesquisar, independente de estar acontecendo no interior da academia, é um ato de resistência que em seus processos denúncia das ausências, não somente para a produção artística e cultural, mas na vida nas periferias.

A Lei de Fomento à Cultura das Periferias, direcionada à produção periférica caracteriza-se como uma política pública de investimento direto, com claro objetivo de potencializar a capacidade criativa dos “sujeitos periféricos”, a partir da ampliação do acesso aos meios de produção e fruição dos bens artísticos e culturais pela população das periferias e dos bolsões com altos índices de vulnerabilidade social; do fortalecimento das práticas artísticas e culturais dos Coletivos de histórico relevante; da descentralização e democratização do acesso a recursos públicos; reconhecer e valorizar a pluralidade e singularidade vinculadas às produções culturais e artísticas das áreas periféricas e com altos índices de vulnerabilidade social (LEI DE FOMENTO, 2016).

A articulação para a aprovação da lei, feita a partir de conversas na Secretaria Municipal de Cultura e na Câmara Municipal também foram momentos de aprendizado político. Para quebrar antigas formas de fazer político presentes na Câmara Municipal e garantir orçamento para a aprovação da Lei de Fomento, em um espaço fechado para grande parte da população, lugar onde é usual mudar horários e salas de reuniões e audiências, como estratégia para desmobilizar os movimentos sociais, foram necessárias muitas conversas e enquadros com assessores e vereadores. Completando um ciclo de muito trabalho em torno da elaboração do texto da Lei e da peregrinação para apresentá-lo em diferentes quebradas, a garantia do orçamento foi fundamental para a aprovação unânime no plenário.

A lei inovou ao ser a primeira da cidade a ter distribuição dos recursos com base na vulnerabilidade. Quatro áreas mapeadas, seguindo indicadores baseados no Censo 2010. A área 3 incluiu os distritos periféricos em que mais de 20% dos domicílios têm renda per capita média de até meio

salário mínimo, o equivalente hoje a R\$ 440. Para ela, serão destinados 70% do orçamento previsto no edital, que deve ser lançado anualmente. A área 2 concentra entre 10,01% e 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita, segundo o IBGE, e ficará com 23% dos recursos. A área 1, composta por bairros onde menos de 10% da população tinha renda abaixo de R\$ 440, basicamente bairros ricos na zona oeste da cidade, aquela que concentra todos os melhores indicadores, não teve acesso a nenhum centavo proveniente da lei. Por outro lado, a área 2 onde entre 10% e 20% da população tinha renda de até meio salário mínimo e a 3 em que mais de 20% tem a mesma renda ficaram, respectivamente com 23% e 70% dos recursos. Os 7% restantes, foram destinados aos chamados bolsões de pobreza na área central. Distritos como a Sé, o Pari e o Bom Retiro, onde há concentração de cortiços, favelas, ocupações e pessoas em situação de rua.

Em seu primeiro edital, em 2016, o orçamento foi de R\$ 9 milhões e 31 iniciativas com mais de três anos de atuação foram contempladas. O valor pode parecer grande para a realidade de outras cidades, mas ainda representa uma parcela muito pequena do orçamento da cidade e um repasse para cada iniciativa, entre R\$ 100 mil e R\$ 300 mil, bastante inferior a outras políticas públicas culturais destinadas a outra classe, etnia, gênero e territorialidades.

Segue a luta...

No primeiro edital, coletivos que tiveram papel importante na elaboração da lei foram contemplados e decidiram manter a articulação de ação de educação popular.

O Fórum de Cultura da Zona Leste, a Casa do Meio do Mundo, do Jardim Brasil, na Zona Norte e o Quilombaque, de Perus, na zona noroeste, coletivos contemplados na primeira edição, em conjunto com coletivos da Zona Sul não premiados, propuseram a construção da UniDiversidade de Saberes, um espaço de escambos de experiências e práticas em torno da produção de conhecimento. Entre 2017 e 2019, ocorreram 39 encontros, cada um sobre um assunto dentro de quatro grandes temas: Lutas populares e direitos humanos, comunicação e narrativas, economia política e território.

Referências

DAMIAO, Pedro Luiz. A Ressignificação do espaço: Produção e circulação de cultura contra-hegemônica nas periferias de São Paulo. Dissertação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: Sociologia, Universidade de São Paulo, 2013.

JESUS, Marcello Nascimento de (org.). Dossiê de Políticas Públicas Para a Periferia. Movimento Cultural das Periferias. São Paulo. Inédito. s/d.

_____ A saga periférica: bandeiras e vitórias de luta [2013-2018]. In Fórum de Cultura da Zona Leste. Nenhum passo atrás! São Paulo: Fora Certa Gráfica Digital. 2019. p. 16 - 19.

RAIMUNDO, Sílvia L. Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

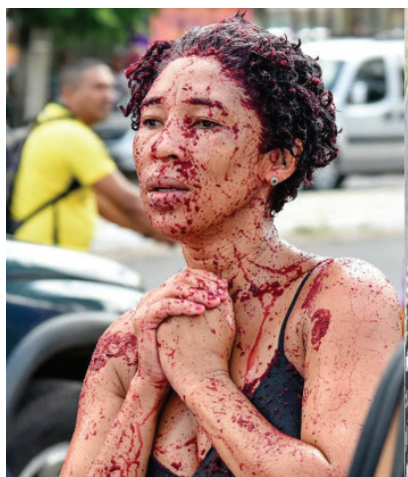
SÃO PAULO (Município). Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo (LEI Nº 16.496), de 20 de julho de 2016.

BANHO DE SANGUE: O CORPO DA MULHER NEGRA EM AÇÃO

Luzia Amelia Silva Marques

Nessa escrita, me interesso pela condição de existência da mulher negra artista da dança contemporânea, elucidando a exposição de suas imagens como tensionamentos que invertem lógicas pautadas em entendimentos embasados na homogeneização do corpo negro, associadas à desvalorização contínua pela vinculação ao fetiche, que nos encarcera como objeto de consumo.

Para tal discussão, parto das imagens da performance Banho de Sangue, pois percebo que elas fomentam questões como um espaço de inquietações e não de soluções. São textos em movimento que se instauram como manifestos políticos/sociais, tendo a arte, a performance em dança, como seu meio.



ENECULT 2019 - Marco Correia

Me interessa considerar as imagens de “Banho de Sangue” como errantes e que se declaram escancarando suas potências. São imagens de resistência aos sedentos fazedores e controladores de “discursos de verdade”¹. Vejo a necessidade em ir de encontro à imagens que categorizam o corpo negro, o corpo da mulher negra, uma vez que a própria categorização cumpre a função de criar estereótipos na dimensão de uma representação que seja comum a todos os corpos e

¹ FOUCAULT, 1996.

que se configura como uma alteridade forjada ou como uma pseudo identidade. Identidades não são unificadas, sólidas, constantes. Estão constantemente em processos de transformação.



ENECULT 2019 - Marco Correia



ENECULT 2019 - Marco Correia

Nós, mulheres negras, por mais que compartilhemos o pertencimento do mesmo grupo cultural, somos diversas, com identidades múltiplas, as imagens de nossos corpos confirmam isso. Historicamente, temos tido um papel ativo e essencial na reivindicação de nossas existências, nas lutas por espaços, nas práticas políticas versus as diferentes formas de exploração que nossas antepassadas sofreram e que nós sofremos na atualidade.

No campo das artes, que apresenta narrativas marcadamente masculinas e brancas, nossa presença é caracterizada por gestos de insistência reivindicando a participação em todos os setores da sociedade.

Precisamos diariamente implodir velhos conceitos, uma vez que nosso corpo é atravessado pela intersecção de diferentes opressões como raça², gênero, classe e outros que ainda não conseguimos nominar. Nesse sentido, é que proponho com a performance Banho de Sangue

² "Raça" é uma construção política e social. E a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder sócio econômico, de exploração e exclusão — ou seja, o racismo. Contudo, como pratica discursiva, o racismo possui uma lógica própria. (HALL, 1994, apud HALL, 2012).

uma aproximação entre o potencial estético e o potencial político do meu corpo em ação, tendo como substrato o feminismo negro. Não como o que se lança mão para suavizar através da arte, como uma espécie de eufemismo, mas o que se desnuda e se enuncia pela dança, como ato performativo.

Sei e eu mesma me lembro a todo tempo que as mulheres negras lutam para existir como sujeitos de sua história. Mesmo desconhecidas, não nomeadas, escondidas embaixo da poeira de um país encoberto pelo racismo, nós estamos presentes.

Em *Banho de Sangue* procuro criar possibilidades de protagonizar a minha história de mulher negra, nordestina, mãe, filha, e tantas outras categorias que atravessam o meu corpo. Sou movida por outras mulheres negras que vieram antes de mim e me abriram novos caminhos. Mulheres aguerridas, fortes, intelectuais, atuantes, insistentes. Trago seus nomes aqui e agora, nesse instante do presente para constatar que elas lançaram luz e que essa mesma luz nos chega na contemporaneidade. Essas mulheres, e tantas outras modificaram seus espaços e contextos de vivência destituindo lógicas opressoras: Maria Firmina dos Reis (primeira romancista brasileira), Lélia Gonzales (ativista e intelectual negra; denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras), Esperança Garcia (escrava piauiense que ousou escrever uma carta ao governador de sua província para defender não só os seus direitos, mas igualmente os direitos de suas companheiras, e este ano recebeu título de primeira advogada negra do Brasil), Antonieta de Barros (primeira deputada negra brasileira), Marielle Franco (socióloga, ativista, defensora dos direitos humanos, eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Assassinada em um atentado ao carro que ela estava), Conceição Evaristo (uma das principais expoentes da literatura Brasileira e Afro-brasileira

atualmente, Conceição Evaristo tornou-se também uma escritora negra de projeção internacional) e tantas e tantas mulheres negras, corpos errantes, combativas, artísticas. Não acredito na possibilidade de criar novas imagens com o meu corpo provenientes da performance *Banho de Sangue* sem considerar os históricos de lutas e resistência dessas mulheres frente a um projeto hegemônico de poder de sociedades capitalista como é o caso da brasileira.

Eu;

Uma mulher;

Uma mulher negra;

Uma mulher negra artista;

Uma mulher negra artista e ativista;

Um corpo que não está confortável em lugar algum e por isso mesmo não posso deixar de ocupar os espaços do cotidiano e nutri-los com imagens do meu corpo negro procurando dotá-los de diferentes signos que atribuam visibilidade a minha individualidade e as causas coletivas que estou inserida.

Quando performo e ocupo o espaço momentaneamente com o meu corpo banhada em sangue, me aproprio dele e o marco com o sangue que determina que naquele mínimo instante aquele espaço me pertence e que eu, durante a performance, pertenço a ele. Por minha experiência, o meu corpo negro, jamais estará “no lugar” destinado a ele, sempre me senti fora dos lugares, uma espécie de não pertencimento, de estranhamento mesmo. Como se o meu ser negra estivesse em um deslocamento constante, nômade em meu próprio país, nômade em minha universidade, nômade nos palcos que danço, nômade nos tea-

tros que frequento, nômade... Por outro lado, quando converso com pessoas negras artistas da dança, suas experiências coadunam com a minha - nos sentimos sem lugar, intrusos, sem pertencimento:

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. (KILOMBA, 2019, p.56)

Em Banho de Sangue estou constantemente ocupando um lugar, um lugar que eu desejo estar, habitar, atuar, pertencer. Ou um lugar que eu desejo desestabilizar. Danço profundamente comprometida na construção de uma militância poética que, de alguma forma, desestruturou esses espaços cujos modelos estão ainda fundamentalmente baseados em heranças pautadas numa exclusão histórica desde a colonização.

Banho de Sangue é a exposição de meu corpo de mulher negra como um manifesto errante e radical, inserido em uma sociedade onde a morte das minorias é o principal projeto político do Estado. Revela uma única ação, arte, militância e ativismo nesse tempo de regressão histórica em que vivemos.

O meu desafio é dançar banhada em sangue para ir de encontro à barbárie sobre os corpos das minorias no Brasil. O sangue exposto intenta recuperar a humanidade dos corpos desconsiderados, envoltos em preconceitos. Estes são meticulosamente construídos pelo sistema capitalista escravista que sobrevive na contemporaneidade e segue construindo relacionamentos nos quais esse corpo é categorizado sob o amparo de um discurso de sub-humanidade.

Corpos negros. Corpos mulheres cis. Corpos mulheres trans. Corpos mulheres lésbicas. Corpos homossexuais. Corpos não-binários. Corpos indígenas. Corpos moradores de rua. Corpos moradores de vilas ou favelas. Corpos imigrantes. Corpos idosos. Corpos deficientes. Corpos indefinidos. Corpos outros. Corpos que não interessam podem ser ar-

rastados nas ruas como coisa, sufocados, rasgados, esfaqueados, desnudos, desrespeitados, agredidos e mortos pelo próprio estado. Corpos brasileiros banhados em sangue.

Danço o extermínio desses corpos e eles dançam comigo. Minha dança é, dentre outras coisas, um argumento inadequado. Pretendo mesmo que seja, que emporcalhe, que torne inviável e improdutivo o espaço em que danço.

Performo Banho de Sangue também para que não esqueçamos que somos o país que por maior tempo e maior quantidade importou escravos africanos, mais de dez milhões de pessoas foram transladadas, jogadas como lixo, mas com função determinada, já que embasada no utilitarismo como forma de gerar um empreendimento que muito rendeu aos colonizadores.

Corpos negros espoliados por anos a fio, o que gerou ações, entendimentos, segregações, violências até os dias atuais e desembocando, com a mesma força das correntes das águas, como nas correntes dos corpos negros, em processos de exclusão na contemporaneidade.

Todas as vezes que performo Banho de Sangue e que olho o terror que as pessoas têm de que eu me aproxime delas e que possa sujá-las eu vejo que o imaginário racista precisa ser desconstruído urgentemente, ainda não compreendo totalmente porque faço essa associação, mas sei que mais dia ou menos dia irei compreender essa conexão, acredito até que já deve estar bastante explícito quando algumas das vezes eu chego a falar que não irei sujá-las com o meu sangue.

Desejo com minha dança reivindicar outras representações a respeito dos nossos corpos.

Nós, mulheres negras e outras minorias étnicas, precisamos entender e buscar micro revoluções, não podemos sucumbir.

Ficaremos firmes;

Ficaremos fortes;

Insistiremos na vida;

Insistiremos na condição de sujeito

Referências

BITTENCOURT, A. *Imagens como acontecimentos: dispositivos do corpo, dispositivos da dança*. Salvador: EDUFBA, 2012.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 5. Ed. São Paulo. Paz & Terra, 2017.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LEPECKI, A. *Corpo colonizado*. Revista Gesto, n. 2, 2003.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFATLE, V. *O Circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

KATZ, H; e GREINER, C. In GREINER, C. *O corpo: pistas para estudos interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2005.

KATZ, H; GREINER, C. O meio é a mensagem: porque o corpo é objeto de comunicação. HÚMUS. / ORG. Sigrid Nora. Caxias do sul: Gráfica e editora Ltda, 2006.

BORGES, R. Esboços de um tempo presente. Rio de Janeiro: MALÊ, 2016.

CASTRO, V. Metafísicas canibais. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. 2. Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MARQUES, L. Grafias na pedra: índices evolutivos da dança. Teresina: EDUFPI, 2018.

RUFINO, J. O que é o racismo. São Paulo: Abril cultura. 1984.

Simpósio: Diversidade Cultural e Desenvolvimento: Direitos, liberdades e participação social

Coordenação: Observatório da Diversidade Cultural (ODC)

Convidados: **Ana Gualberto** (Koinonia); **Anibal Orué Pozzo** (UNILA); **Camila Mora** (Casa Pachamãe); **Carla Nogueira** (Terreiro Bate-Folha); **Eliete Paraguassu** (Marisqueira da Ilha de Maré / MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais); **Gisele Brito** (Movimento Cultural das Periferias – MCP e Rede de Jornalistas das Periferias); **Humberto Cunha** (UNIFOR); **Jamira Alves** (REPROTAI - Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe); **José Eduardo Ferreira Santos** (Acervo da Laje – Movimento Cultural, Salvador); **José Rogério Lopes** (UNISINOS); **Juliana Lopes** (FLACSO); **Leandro de Paula Santos** (UFBA); **Lúcia de Oliveira Souza** (Associação Centro de Defesa dos Direitos Sociais Ferreira Souza – Teresina/PI); **Luzia Amélia Silva Marques** (Doutoranda de Dança UFBA); **Maria Estela Rocha Ramos** (FAU-UFBA); **Pablo Diego da Costa Bezerra** (UNEB); **Pablo Paternostro** (Movimento Cultural das Periferias – MCP e Fórum de Cultura da Zona Leste SP); **Pawlo Cidade** (Secretário Municipal de Cultura de Ilhéus/BA); **Silvia Lopes Raimundo** (UNIFESP/Instituto das Cidades); **Vilma Soares** (Acervo da Laje Movimento Cultural, Salvador)

Debatedores: Ana Paula do Val; Flávia Landgraf; Giuliana Kauark; José Marcio Barros; José Oliveira Júnior; Juan Brizuela; Kátia Costa; Laura Bezerra; Luana Vilutis

1. Ementa

A relação da diversidade cultural com o desenvolvimento sempre foi marcada por concepções e práticas que ora a coloca como

fator de desenvolvimento humano e sustentável. A agenda contemporânea do desenvolvimento vem sendo renovada por meio da pactuação de antigos e novos compromissos, tais como a questão dos direitos humanos, dos direitos culturais, das liberdades individuais e coletivas e da participação social. No atual cenário político-econômico-social-cultural brasileiro, as mudanças na condução das políticas públicas e o avanço de valores conservadores vêm apresentando ameaças ao pleno exercício da equidade em diversos setores e campos, tornando urgente a reflexão crítica sobre as relações complexas e interdependentes entre esses dois temas.

2. Objetivo do simpósio

Debater a atual realidade de ameaças aos direitos humanos e aos direitos culturais e a supressão de conquistas no campo da participação social e exercício da cidadania no Brasil. Compartilhar experiências concretas de resistência e inovação nas formas de gestão e desenvolvimento de ativismos em bases territoriais, articulados em redes e com participação social.

3. Metodologia de trabalho

O Simpósio será realizado por meio de Rodas de Conversas Temáticas, de forma a oportunizar falas, escutas, trocas de experiências e debates horizontais e dialógicos, ancoradas na experiência dos convidados e do público presente. Os integrantes do ODC atuarão como mediadores de forma a contribuir para a equidade na participação, a organização da discussão e produção de sínteses reflexivas. O Simpósio estará aberto a metodologias de interação mais afetivas e criativas durante as duas manhãs de trabalho.

4. MiniCV dos Convidados

Ana Gualberto é mestra em Cultura e Sociedade pelo IHAC/UFBA, Historiadora pela UERJ e Coordenadora de Ações com Comunidades

Negras Tradicionais de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Integrante da Rede de Mulheres de Terreiros BA. É editora do site Observatório Quilombola, da Revista Intolerância Religiosa e da Revista OQ. Atua em pesquisas junto a comunidades negras tradicionais, quilombos e terreiros de candomblé, e na realização de ações de formação, incidência e capacitação em direitos das comunidades negras tradicionais, remanescentes de quilombo dos estados do Rio de Janeiro e Bahia e também junto a Comunidades de Terreiros de Candomblé em Salvador e região metropolitana.

Anibal Orué Pozzo é docente da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Líder do grupo de Pesquisa “Paraguai: sociedade, território e cultura”, do CNPq. Fundador e ex-coordenador do Mestrado “Comunicación para el Desarrollo”, da Escola de Pós-graduação da Universidade Nacional del Este (UNE), e coordenador do Centro de Estudos das Relações Paraguay-Brasil da UNE. Foi presidente do Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), centro de pesquisa no Paraguai, e também professor Visitante Hofstra University (2001-2002), New York, USA.

Camila Mora, colombiana, é graduada em psicologia pela Universidade de Salvador (UNIFACS, 2014). Aluna da Especialização em Arte Educação: cultura brasileira e linguagens artísticas contemporâneas (UFBA). Atua como gestora do espaço cultural de integração latino-americana PachaMãe; Psicóloga clínica na área de reabilitação cognitiva para portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA), na Fundação José Silveira; Professora de espanhol do Instituto Cervantes; Integra o coletivo feminista MuitasPsi.

Carla Nogueira é Makota do Terreiro Bate Folha e doutoranda do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade pela Universidade

Federal da Bahia (UFBA). Atua no Grupo de Pesquisa “Memória e Identidade - Territórios e Identidades na Contemporaneidade” e possui experiência na área de pesquisa em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, com ênfase nas literaturas angolana e moçambicana e estudos de Cultura, com o projeto atual de Tombamento de Terreiro, especificamente o Bate Folha.

Eliete Paraguassu é marisqueira, pescadora e militante, liderança da comunidade quilombola de Porto dos Cavalos, localizada na Ilha de Maré; integra o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP/BA e a Articulação das Mulheres Pescadoras/BA.

Gisele Brito é mestranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade de São Paulo e graduada em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009). Foi pesquisadora e assessora de comunicação - Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade FAU USP (2016-2018). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, jornalismo, cidade, periferia e direito à cidade. Milita no Movimento Cultural das Periferias - MCP e Rede de Jornalistas das Periferias.

Humberto Cunha é Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional - Mestrado e Doutorado - da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), instituição na qual lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais. Advogado da União - Categoria Especial. Também é acadêmico da Academia Cearense de Letras Jurídicas, além de membro de Conselhos Editoriais de periódicos científicos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Culturais, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos

obstáculo, ora a toma de forma otimista como oportunidade e

culturais, cultura, patrimônio cultural, políticas culturais, direitos humanos e direitos fundamentais.

Jamira Alves é Educadora Social com especialização na Universidade de gestão do Terceiro Setor, curso de extensão da UFBA de Sociologia da Solidariedade. Nascida no território da Península de Itapagipe, atua como educadora social e realiza assessoramento na gestão pedagógica da REPROTAI-Rede de Protagonista em Ação de Itapagipe. Entre 2004 e 2008 atuou como Coordenadora Pedagógica da Escola Comunitária Luiza Mahin e atualmente é coordenadora do Espaço Cultural Alagados, equipamento cultural vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

José Eduardo Ferreira Santos nasceu no Subúrbio Ferroviário de Salvador, na área conhecida como Novos Alagados, em Plataforma. Pedagogo (UCSal), mestre em Psicologia (UFBA), doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia, fez estágio pós-doutoral em Cultura Contemporânea (PACC – UFRJ) e no Instituto de Psicologia da UFBA. Atualmente é professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, na condição de bolsista CAPES (Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo PNPD (Programa Nacional de Pós-Doutorado). Trabalha desde 1994 com projetos sociais na área de Novos Alagados e se dedica à pesquisa e intervenção desde 1996, a partir das mudanças ocorridas nessa localidade. Nos últimos anos tem realizado trabalhos na formação de professores e publicado artigos em revistas e livros em âmbito nacional e internacional. Atualmente é curador e responsável pelo Acervo da Laje, que reúne obras artísticas e históricas do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

José Rogério Lopes é Professor Titular do Programa de Pós-Graduação - PPPG em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS, Professor do PPG em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Editor da Revista Ciências Sociais Unisinos e Coordenador do LaPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, e em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, ação social, religiosidade popular, políticas culturais e patrimonialização cultural.

Juliana Lopes é pesquisadora e consultora na área da cultura. Atualmente é pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil) e consultora do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio. É doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (2018), com pesquisa sobre o reconhecimento da produção cultural das periferias do Rio de Janeiro nas políticas culturais brasileiras. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (2009) e Bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atua como gestora, consultora e pesquisadora na área da cultura de forma intersetorial com a área social, da educação e dos direitos humanos.

Leandro de Paula Santos é Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ (2016), Mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio (2009), Bacharel em Produção Cultural pela UFF (2006), Pesquisador Visitante no departamento de Religious Studies da Universidade da Califórnia (Santa Barbara, 2014-2015). Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Federal da Bahia, atuando no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-

Cultura). É líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Neoliberalismo, e tem como foco prioritário de investigação a relação entre práticas discursivas e imaginários históricos, privilegiando os temas da religião, da política e do pluralismo democrático.

Lúcia de Oliveira Souza é presidente da Associação Centro de Defesa dos Direitos Sociais Ferreira Souza e milita nos Movimentos de Mulheres. Tem formação técnica em Segurança do Trabalho e como funcionária de empresa terceirizada, atua na equipe de coordenação na Universidade Estadual do Piauí. Atualmente participa de mobilizações e ativismo no bairro de São Joaquim, Zona Norte de Teresina, que abriga valores históricos da cidade e é ocupado em sua maioria por famílias negras, as quais vem sofrendo ameaça de desapropriação, além de atuar na defesa das tradições culturais de matriz africana, as quais são características daquele lugar.

Luzia Amélia Silva Marques é doutoranda e Mestre em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a pesquisa Grafias na pedra: índices evolutivos da Dança. Especialista em Dança pela Universidade Federal da Bahia, (UFBA). Especialista em Artes Visuais e Metodologia do Ensino da Arte pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduada em Artes Visuais pelo Instituto Camilo Filho (ICF). Criadora e coordenadora dos projetos: Expedições de Dança (Piauí-Brasil); Um Minuto Para a Dança; Fórum Nacional 1 Minuto para a Dança-Piauí; Corpo, Territórios e Singularidades. Diretora artística e pedagógica do Projeto Escola Balé de Teresina e da Cia. de Dança Contemporânea Luzia Amélia. Bailarina de formação contemporânea, protagonizou espetáculos e foi fundadora de diversos grupos de dança da cidade de Teresina. Ativista Cultural.

Maria Estela Rocha Ramos possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, em 1995, Mestrado e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PP-GAU FAU-UFBA), em 2007 e em 2013, respectivamente. Dispõe de experiência profissional na área de projetos de arquitetura, projetos comunitários com técnicas construtivas tradicionais, tecnologias

sociais e assistência técnica em autoconstrução. É pesquisadora na temática de espacialidades e patrimônios culturais de comunidades negras urbanas e rurais, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, culturas negras e bairros negros. Atua como arquiteta e professora nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores na Unime-Lauro de Freitas, sendo membro do NDE e do colegiado de curso, orientadora de iniciação científica e coordenadora do Escritório Modelo de Arquitetura e Interesse Social EMAIS [E+].

Pablo Diego da Costa Bezerra tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Filosofia da Linguagem. Atuando também com elaboração de projetos de cultura popular tais como cordel, samba de roda, dança e música afro-brasileira.

Pablo Paternostro é Articulador Cultural no Movimento Cultural das Periferias e do Fórum de Cultura da Zona Leste-SP. Pesquisador de culturas populares na CIA Porto de Luanda. Músico e Sonoplasta freelancer. Educador em Educação Musical, Governo Aberto, Cultura Digital e Projetos Culturais. Designer digital e web designer. Bacharel em Sistemas de Informação pela Faculdade Carlos Drummond de Andrade e especializado em gestão de projetos.

Pawlo Cidade é pedagogo, especialista em Gestão Cultural pela UESC, pesquisador, escritor e autor da cartilha Como Transformar a Cultura em um Bom Negócio e do livro Manual do Conselheiro de Política Cultural. Atualmente é Secretário Municipal da Cultura de Ilhéus-BA.

Sílvia Lopes Raimundo é geógrafa formada pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Geografia Humana pela mesma Universidade. Como docente do Instituto das Cidades (Universidade Federal de São Paulo/Campus Zona Leste) pesquisa e orienta trabalhos relacionados aos temas ligados aos Movimentos Sociais e Culturais, Produção do Espaço e Formação do Território Urbano Periférico, Ensino de Geografia e Cartografia Social e Educação Popular. Atualmente,

desenvolve o projeto de pesquisa sobre Educação Popular e Coletivos Culturais: É nós! A periferia que constrói ações, educa e trança territorialidades.

Vilma Soares, mulher negra, é educadora desde os anos 1990, foi coordenadora voluntária da Pastoral da Criança, Pastoral Afro e Pastoral Carcerária, fundadora do Acervo da Laje, onde coordena a seção educativa. Realizou, como curadora e coordenadora, as exposições artísticas 1ª Exposição Pública do Acervo da Laje (2011), As águas suburbanas no Acervo da Laje (2012), A beleza do Subúrbio (2013), 3ª Bienal da Bahia (2014), Memórias Afetivas do Subúrbio Ferroviário de Salvador (2018), participou como convidada da 31ª Bienal de São Paulo Como falar de coisas que não existem na mesa Usos da Arte (2014), participou de todo o processo de realização do #Ocupa Lajes (2016, 2018) e é responsável pelas oficinas artísticas da edição de 2018 do mesmo projeto. Participou do intercâmbio dos estudantes da Bartlett School de Londres (2016 e 2017), do Festival Caymmi (2017), além de mediar e mobilizar crianças, jovens, adultos e famílias para a realização de oficinas com artistas como Rosa Bunchaft (2015, 2016), Elisabeth Zwimpfer (2017), Mano Penalva (2017), assim como o Rolê Brasil (2016, 2017).







Crédito: José Vitor Marchi

Colaboradores desta edição

Leandro de Paula

Professor Adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia, e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. E-mail: psleandro@ufba.br.

Carla Maria Ferreira Nogueira

Makota do Terreiro Bate Folha. Doutoranda do Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (Pós-cultura/UFBA).

José Rogério Lopes

Professor do PPG Ciências Sociais Unisinos, RS, e do PPG Desenvolvimento Regional UFT. Coordenador do Lapcab.

Vilma Santos

Educadora, fundadora do Acervo da Laje, produtora cultural.

José Eduardo Ferreira Santos

Pedagogo, fundador do Acervo da Laje, professor e pesquisador.

Gisele Brito

Bacharel em Comunicação Social. Mestranda em Planejamento Urbano pela FAUUSP. Pesquisadora do LabCidade FAUUSP. Bolsista Capes. E-mail: giselebrito@usp.br

Pablo Paternostro

Bacharel em Sistemas de Informação. Estudou Sonoplastia na SP Escola de Teatro e Fotografia na ETEC das Artes. E-mail: pablo.paternostro@gmail.com

Colaboradores desta edição

Sílvia Lopes Raimundo

Graduada em Geografia. Mestre e Doutora em geografia humana. Docente do Instituto das Cidades/Unifesp.

E-mail: silvia.lopes@unifesp.br

Luzia Amelia Silva Marques

Bailarina. Performer. Ativista. Mestre em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Observatório da Diversidade Cultural

O Observatório da Diversidade Cultural – ODC – está configurado em duas frentes complementares e dialógicas. A primeira diz respeito a sua atuação como organização não-governamental que desenvolve programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de BH e Estadual de Cultura de MG. A segunda é constituída por um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias IES, a saber: PUC Minas, UEMG, UFBA, UFRB, UFMT e USP, investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa. O objetivo, tanto do grupo de pesquisa, quanto da ONG, é produzir informação e conhecimento, gerar experiências e experimentações, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. O ODC busca, assim, incentivar e realizar pesquisas acadêmicas, construir competências pedagógicas, culturais e gerenciais; além de proporcionar experiências de mediação no campo da Diversidade Cultural – entendida como elemento estruturante de identidades coletivas abertas ao diálogo e respeito mútuos.

Pesquisa

Desenvolvimento, orientação e participação em pesquisas e mapeamentos sobre a Diversidade Cultural e aspectos da gestão cultural.

Formação

Desenvolvimento do programa de trabalho “Pensar e Agir com a Cultura”, que forma e atualiza gestores culturais com especial ênfase na Diversidade Cultural. Desde 2003 são realizados seminários, oficinas e curso de especialização com o objetivo de capacitar os agentes que atuam em circuitos formais e informais da cultura, educação, comunicação e arte-educação para o trabalho efetivo, criativo e transformador com a cultura em sua diversidade.

Informação

Produção e disponibilização de informações focadas em políticas, programas e projetos culturais, por meio de publicações e da atualização semanal do portal do ODC e da Rede da Diversidade Cultural – uma ação coletiva e colaborativa entre os participantes dos processos formativos nas áreas da Gestão e da Diversidade Cultural.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não-governamentais, no que se refere às áreas da cultura, da diversidade e da gestão cultural.

